

## Crítica à leitura popperiana de Hume

Catarina Dutilh Novaes (Bolsista PIBIC/CNPq)

Orientador: Caetano Plastino

Uma vez indagado sobre a que se deveria atribuir o descrédito lógico de que goza a indução, Popper não hesitou em responder: “A mim” Abstraindo-se a modéstia que lhe é peculiar, de fato o tema da crítica da indução é efetivamente recorrente em sua obra; em muitos de seus escritos Popper dedicou-se à desqualificação lógica e epistemológica de inferências indutivas principalmente na utilização que delas faziam os empiristas lógicos do Círculo de Viena. É inclusive a partir deste mote que ele desenvolverá sua própria concepção de uma metodologia científica.

Portanto, é crucial a análise desta problemática tal como ela se coloca para Popper, tanto pela repercussão que obteve quanto por sua importância dentro da teoria popperiana: tal revisão deve começar por seu ponto de partida, isto é, sua leitura da obra de Hume. Com efeito, particularmente em *Conhecimento Objetivo*, mas também em outros textos, sua crítica à indução se inicia pela revisão da reflexão humeana sobre a causalidade. Daí decorre a evidente pertinência de se voltar a Hume em uma discussão sobre a indução, mesmo que numa chave contemporânea.

Começamos portanto por uma retomada da análise humeana da causalidade. O primeiro ponto a ser evocado é a distinção, feita na Seção IV da *Investigação*, entre o domínio das relações de idéias e o domínio das questões de fato. O primeiro é o campo das inferências dedutivas, analíticas, onde a verdade da premissa é conservada pela conclusão em uma sentença válida. O segundo define-se pelo fato de o contrário de uma proposição fatural **não** ser logicamente incompatível com os dados da natureza, não havendo necessariamente conservação da verdade; é o domínio das ciências naturais.

A causalidade é a relação por excelência do domínio das questões de fato. Ora, exatamente porque os juízos neste campo do conhecimento são de natureza sintética, em termos kantianos, o efeito não está contido na causa. “Todo efeito é uma ocorrência distinta de sua razão. Não pode por isso, ser descoberto na própria causa, e sua primeira invenção ou concepção a priori deve ser inteiramente arbitrária.”<sup>1</sup> Em outras palavras, no limite não podemos prever a priori a trajetória que uma bola de bilhar descreverá após o choque com outra, com base apenas em dados como velocidade, massa e posição das bolas antes do choque, porque o efeito (trajetória após o choque) não está contido na causa (o choque).

Assim, se a razão não pode justificar nossas inferências causais, o que me leva a concluir que, se jogar uma pedra para cima, ela em seguida cairá? Segundo Hume, é o fato de, no passado, ter observado muitas vezes a ocorrência concomitante destes dois eventos (movimento ascendente e descendente da pedra) que me faz concluir sobre o comportamento da pedra no futuro. “Quando descobrimos pela experiência que todo objeto particular de uma espécie dada está constantemente unido a um objeto particular de uma outra espécie, a aparição de um novo objeto parti-

cular de uma das duas espécies conduz o pensamento na direção daquele que o acompanha habitualmente.”<sup>2</sup>

Em suma, é o princípio natural do hábito que me faz concluir sobre o futuro a partir da ocorrência de eventos semelhantes no passado; cabe à experiência como modo de apreensão dos eventos passados e ao hábito operar tal inferência. Por este motivo Hume foi e ainda é tachado de cético, na medida em que, para ele, a razão não é capaz de fundamentar a passagem de *alguns*, no passado, para *todos*, no futuro; o salto indutivo não se justificaria logicamente.

Contudo, isto não faz de Hume o destruidor de toda possibilidade de ciência, pois, ainda que a indução não garanta a conservação da verdade, isto não a invalida enquanto princípio duplo de ação e especulação. O princípio do hábito, associado ao sentimento de crença que acordamos às inferências que julgamos válidas, são a resposta humeana à posição segundo a qual inferências indutivas não se justificam.

... ao transferirmos o passado para o futuro a fim de determinar o efeito que resultará de uma dada causa, transferimos todos os diferentes acontecimentos na mesma proporção em que se manifestaram no passado e consideramos um deles, por exemplo, como tendo ocorrido cem vezes, outro dez vezes, e outro ainda uma só. Como um número maior de possibilidades concorre aqui para sugerir um acontecimento, elas o fortalecem e confirmam na imaginação, produzem o sentimento que chamamos crença e dão ao seu objeto a preferência sobre o acontecimento contrário, que não é corroborado por um número igual de experiências e não ocorre com tanta freqüência ao pensamento quando procura transpor o passado para o futuro.”<sup>3</sup>

Qual a leitura que Popper faz da posição humeana? Na verdade, o ponto-chave de sua leitura é justamente identificar não uma, mas *duas* posições em Hume. A cisão do problema em dois se faz pela identificação de uma parte negativa, cética, da argumentação de Hume, e uma parte positiva, dogmática. “Ele levantou dois problemas: um problema lógico e um problema psicológico. Um ponto importante é que suas duas respostas a estes dois problemas de alguma forma se chocam uma à outra.”<sup>4</sup>

O problema lógico se formula da seguinte maneira: “é *justificável* que passemos de instâncias [repetidas] das quais temos experiência a outras instâncias [conclusões] das quais não temos experiência?”<sup>5</sup> Segundo Popper, a resposta de Hume seria “não, não é justificável” Efetivamente, se temos em mente a tese humeana de que não há relação intrínseca, necessária entre o efeito e sua causa, se nos referirmos ao caráter não analítico das relações causais, a resposta seria de fato negativa. Não há justificativa lógica para que fundemos nossas previsões sobre o futuro em qualquer uma de nossas observações passadas, pois se o efeito não está contido na causa, não é contraditório que ocorra o contrário do efeito que observamos no passado, o que nos levaria a nos enganarmos redondamente em nossa previsão. Neste ponto, Popper concorda plenamente com o que julga ser a posição de Hume: não se pode validar logicamente a indução.

O mesmo não ocorrerá com o que, segundo Popper, é a solução de Hume para o problema psicológico da indução: Popper não concordará com a solução positiva dada por Hume. O problema psicológico seria o seguinte: “Por que, contudo, todas as pessoas razoáveis esperam, e acreditam, que instâncias das quais elas não têm

experiência serão conforme aquelas de que têm experiência? Ou seja, por que temos expectativas nas quais temos muita confiança?”<sup>6</sup> Como já vimos, é o hábito que *explica* esta passagem para Hume, o fato de termos presenciado no passado eventos da mesma natureza acompanhados de determinado efeito faz com que esperemos o mesmo efeito na presença de tais eventos.

Popper criticará a solução humeana baseando-se em seu princípio da transferência, segundo o qual “o que vale para a lógica também vale desde que corretamente transferido para a psicologia.”<sup>7</sup> Ora, se a inferência indutiva já foi refutada logicamente, o mesmo deverá ocorrer no plano psicológico do grau de crença associada a um juízo. Isto é, Popper considera que, dada a desqualificação lógica da indução, não seria válido lançar mão de conceitos psicológicos como a crença e o hábito para readmiti-la no rol de inferências passíveis de serem utilizadas na ciência, pois recursos psicológicos não podem fornecer a justificativa objetiva que almeja a ciência.

Em suma, Popper concorda com Hume em esvaziar logicamente a indução; contudo, não pode assentir com sua recuperação sob um prisma psicológico, como faz Hume. Assim, enquanto Hume defende a indução, Popper lhe nega toda e qualquer validade, pois afirma que ela foi refutada por Hume no único plano em que se pode pretender justificá-la, o plano lógico.

A interpretação popperiana de Hume tornou-se bastante difundida, sobretudo na área de Filosofia da Ciência, mas conta também com opositores que lêem diferentemente os textos humeanos, o que nos traria uma outra luz para o problema da indução.

O primeiro ponto a ser ressaltado é a eventual impropriedade em se cindir a reflexão sobre a causalidade em dois problemas, lógico e psicológico, etapa negativa e etapa positiva da argumentação. Embora este não seja o momento apropriado para uma análise minuciosa dos textos, tanto da *Investigação* como do *Tratado*, o fato é que neles os argumentos negativos e positivos estarão intercalados de forma a que a construção da argumentação constitua um todo coerente e poderoso, e não contraditório, como quer Popper, ao dizer que as supostas duas soluções se chocam entre si. “É a ‘análise filosófica’ que suscita a ‘psicológica’ é o bom Hume quem exige o seu lado ruim...”<sup>8</sup>

Em segundo lugar, há de se entender qual é o sentido de uma refutação lógica no campo das questões de fato. Desde o início, Hume circunscreve as relações causais ao domínio das questões de fato; ora, neste domínio o contrário da conclusão não implica contradição com a verdade das premissas. Assim, este campo do conhecimento já é por definição não-dedutivo, e portanto é problemática a refutação lógica o que para Popper é sinônimo de dedutiva da indução, se de início Hume já renunciara aos critérios dedutivos de validade neste domínio. *O modus tollens*, paradigma do raciocínio científico para Popper, que opera pela negação da conclusão para obter a negação das premissas, não poderia ser empregado no domínio das questões de fato tal como foi definido por Hume, pois nele a negação da conclusão não é incompatível com a verdade das premissas. O próprio Popper reconhecerá a impossibilidade de uma aplicação estrita da lógica às ciências empíricas, dada a heterogeneidade entre proposições e dados empíricos, entre outros fatores, o que o leva à formulação de uma metodologia, da qual constam regras não apenas lógi-

cas.

Na verdade, o texto humeano indica no sentido de uma concepção naturalista do conhecimento, onde o eixo da discussão sobre a indução desloca-se do plano de sua validação lógica para o contexto mais amplo acerca da racionalidade inerente a procedimentos indutivos. Autores contemporâneos, como Quine, insistiram na importância da indução na praxis da vida, de modo a garantir nossa própria sobrevivência; outros, como Bergson, defenderam a não-diferenciação de gênero entre conhecimento prático e especulativo. Em suma, a exigência popperiana de justificação lógica para as inferências indutivas já em Hume se anunciava como um falso problema, a indução sendo objeto sobretudo de explicação, e não de justificação.

Portanto, se a discussão humeana sobre a causalidade é cara a toda a epistemologia contemporânea, por contestar os sintéticos a priori da teoria do conhecimento neo-kantiana, não obstante, os dedutivistas, como Popper, são obrigados a separar o joio do trigo, lógica de psicologia, pois não podem aceitar o dito subjetivismo da solução de Hume para o problema da indução, e, na falta de outra, simplesmente a expulsam do domínio da ciência. Contudo, a teoria do conhecimento de Hume, mesmo em seu aspecto “psicológico” não pode ser dita irracional, como querem os dedutivistas; trata-se apenas de uma outra concepção de racionalidade, menos estrita, da qual será partidária toda a corrente da epistemologia naturalizada. De tabela, a indução, assim como outros procedimentos ditos “psicológicos” e “não científicos” pelos dedutivistas, é beneficiada por este deslocamento do foco da questão e pode novamente pleitear cidadania científica.

#### NOTAS

1. HUME, D.: *Investigação sobre o Entendimento Humano*. In col. “Os Pensadores” São Paulo, Abril, 1973. P. 139.
2. Id, *Traité de la Nature Humaine*, p. 167
3. Id, *Investigação sobre o Entendimento Humano*. P 152.
4. POPPER, K.: *Objective Knowledge*. Londres, Oxford University, 1974. P. 3.
5. Id, *ibid*. P 4. Grifo meu.
6. Id, *ibid*. P. 4.
- 7 Id, *ibid*. P. 24.
8. RIBEIRO DE MOURA, C. A. *Discurso 20*, 1993. P. 101.